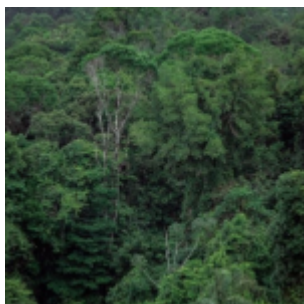


MPF soma R\$ 893 milhões em condenações por danos ambientais na Amazônia em três anos

Category: AMAZÔNIA, BRASIL, GERAL, MEIO AMBIENTE, PARÁ
escrito por Chellsen Carneiro | 31 de agosto de 2026



O Ministério Público Federal (MPF) alcançou **R\$ 893 milhões em condenações em processos cíveis por infrações ambientais** cometidas no bioma Amazônia nos estados do Pará, Amapá e Mato Grosso desde agosto de 2023. O resultado faz parte do balanço dos três primeiros anos de atuação dos **Ofícios da Amazônia Oriental (Ofamor)**, estruturas especializadas do órgão na área socioambiental.

Segundo o levantamento divulgado pelo MPF, foram registrados **941 resultados em processos cíveis** no período. Desse total, **593 decisões foram favoráveis aos pedidos do Ministério Público**, o equivalente a 63% dos casos. Outros **43 processos terminaram em acordos**.

Considerando decisões favoráveis e acordos como resultados de sucesso, a taxa média de êxito chegou a **68%** nos três anos. Em 2026, apesar de o levantamento ainda ser parcial, o índice ultrapassou 70%.

As condenações não se limitaram ao pagamento de valores. As decisões judiciais também determinaram medidas destinadas à reparação dos danos ambientais, incluindo a recuperação de

áreas desmatadas e a **suspensão de Cadastros Ambientais Rurais (CARs)** considerados irregulares.

Atuação especializada

Os Ofícios da Amazônia Oriental foram criados para concentrar a atuação socioambiental do MPF em questões de abrangência regional nos estados do Pará, Amapá e Mato Grosso.

Na área cível, os procuradores podem atuar em ações destinadas à reparação de danos ambientais, recuperação de áreas degradadas, responsabilização de infratores e correção de irregularidades relacionadas a imóveis rurais.

O balanço mostra crescimento da atuação ao longo do período. Em 2023, foram registrados **143 resultados**. O número subiu para **355 em 2024** e ficou em **317 em 2025**. Em 2026, embora o levantamento ainda não represente um ano completo, a proporção de decisões favoráveis chegou a **74,58%**.

A atuação cível é independente da responsabilização criminal. Um mesmo dano ambiental pode, conforme o caso, gerar consequências nas esferas civil, administrativa e criminal.

Condenações também atingem registros de imóveis rurais

Uma das medidas utilizadas nas decisões foi a suspensão do **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**.

O CAR é um registro público eletrônico obrigatório para imóveis rurais e reúne informações ambientais das propriedades e posses, incluindo áreas de preservação permanente, reserva legal, vegetação nativa e áreas consolidadas.

Quando há irregularidades, a suspensão do cadastro pode impedir que um registro com problemas seja utilizado para conferir aparência de regularidade ambiental ao imóvel.

Além das condenações, o MPF registrou **43 acordos** no período. Entre eles estão **23 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)** e **3 Acordos de Não Persecução Cível (ANPCs)**.

Os TACs são instrumentos utilizados para estabelecer obrigações destinadas à correção de irregularidades e à reparação de danos. Já os ANPCs estão previstos na legislação para situações relacionadas a atos de improbidade administrativa, observadas as condições legais.

Desmatamento também apresenta queda

O período de atuação dos Ofamor coincide com uma sequência de redução do desmatamento registrada pelos sistemas de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Pelo **Prodes**, sistema que calcula anualmente a área de desmatamento na Amazônia Legal com maior precisão, foram registrados **9.064 km² em 2023**, **6.518 km² em 2024** e **5.731 km² em 2025**.

A redução entre 2023 e 2025 foi de aproximadamente **37%**. Somente de 2024 para 2025, a queda foi de **12,07%**.

O dado consolidado mais recente também mostra diferenças importantes entre os estados. Em 2025, oito dos nove estados da Amazônia Legal registraram redução do desmatamento. O **Amapá teve queda de 37,04%**, enquanto o **Pará registrou 2.064 km²** e o **Mato Grosso, 1.593 km²** de desmatamento no levantamento anual. Mato Grosso, porém, foi o único estado da Amazônia Legal a apresentar aumento em relação a 2024, de 26,73%.

Alertas caem 36% no ciclo mais recente

Os dados mais recentes do **Deter**, sistema utilizado para produzir alertas e apoiar ações de fiscalização, reforçam a tendência de queda.

Entre agosto de 2025 e julho de 2026, foram registrados **2.874,38 km² sob alertas de desmatamento na Amazônia**, uma redução de aproximadamente **36%** em relação ao ciclo anterior. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, esse foi o menor resultado da série histórica do Deter para o período, iniciada em 2016. A área também ficou **55,6% abaixo da média dos dez ciclos anteriores**.

Entre os estados abrangidos pelos Ofamors, o Pará registrou **987,27 km²** sob alerta e Mato Grosso, **834,41 km²**, no ciclo de agosto de 2025 a julho de 2026. O Amapá também apresentou redução no desmatamento anual medido pelo Prodes.

Apesar da melhora nos indicadores, os sistemas têm funções diferentes. O **Deter é voltado principalmente à detecção de alterações e ao apoio à fiscalização**, enquanto o **Prodes produz a taxa anual oficial de desmatamento**. Por isso, os números de 2026 do Deter não substituem o próximo resultado consolidado do Prodes.

Pressão jurídica acompanha queda nos indicadores

O balanço do MPF mostra que, paralelamente à redução dos indicadores de desmatamento, aumentou a capacidade de atuação especializada na responsabilização civil por danos ambientais.

Em três anos, foram **941 resultados cíveis**, com 593 decisões favoráveis e 43 acordos. O valor de **R\$ 893 milhões em condenações** representa a dimensão financeira das decisões obtidas pelo órgão, mas a atuação dos procuradores também envolve obrigações de fazer, recuperação ambiental e medidas destinadas a impedir a continuidade de irregularidades.

A combinação entre monitoramento por satélite, fiscalização e responsabilização judicial é considerada uma das ferramentas utilizadas pelo poder público para combater o desmatamento

ilegal e buscar a reparação dos danos causados à floresta.

O próprio INPE destaca que os dados do Prodes são utilizados para orientar políticas públicas de controle do desmatamento, fiscalização e redução das emissões de gases de efeito estufa.

Atuação alcança municípios do bioma Amazônia em Mato Grosso

Em Mato Grosso, a atuação dos Ofícios da Amazônia Oriental é restrita aos municípios inseridos no **bioma Amazônia**. Áreas pertencentes aos biomas Cerrado e Pantanal permanecem sob a atribuição dos ofícios locais.

Os Ofamors também podem atuar em casos que envolvam comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais, extrativistas, ribeirinhas, pescadores artesanais e outros grupos com modos de vida tradicionais, conforme as regras de atribuição estabelecidas pelo MPF.

A estrutura dos Ofícios da Amazônia Oriental foi criada em 2022 e passou a concentrar uma parcela da atuação socioambiental regional do Ministério Público Federal. O modelo também foi acompanhado pela criação dos Ofícios da Amazônia Ocidental, responsáveis pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Balanço

R\$ 893 milhões – valor das condenações ambientais obtidas desde agosto de 2023

941 – resultados em processos cíveis

593 – decisões favoráveis ao MPF

43 – acordos firmados

68% – taxa média de sucesso considerando decisões favoráveis e

acordos

74,58% – percentual de decisões favoráveis em 2026, segundo o levantamento parcial

5.731 km² – desmatamento consolidado na Amazônia Legal em 2025

2.874,38 km² – área sob alertas de desmatamento entre agosto de 2025 e julho de 2026

36% – redução dos alertas no período mais recente do Deter

MPF na Amazônia Oriental: 3 anos de atuação

Resultados de 1º de agosto de 2023 a 27 de agosto de 2026

1 R\$ 893,1 milhões em condenações cíveis

As decisões também determinaram recuperação de áreas desmatadas e suspensão de Cadastros Ambientais Rurais, CARs.

i CAR é o Cadastro Ambiental Rural, registro eletrônico obrigatório de imóveis rurais.



Recuperação ambiental



Suspensão de CARs

2 Resultados no período



941 resultados cíveis



593 decisões procedentes, 63%



217 improcedentes, 23%



88 sem resolução de mérito, 9%



43 acordos, 5%



■ Procedentes (593)
■ Improcedentes (217)
■ Sem resolução de mérito (88)
■ Acordos (43)

3 Acordos firmados



43 casos com acordo



23 TACs



3 ANPCs

TAC: acordo para corrigir irregularidade e evitar ou encerrar disputa judicial.

ANPC: acordo em casos de improbidade administrativa, conforme a legislação.

4 Evolução da taxa de sucesso

Para este levantamento, sucesso considera decisões procedentes e acordos.



Acumulado dos 3 anos:
63%



2026:
sucesso superior a
70%

5 Ano a ano

Ano	Resultados	Procedentes	Acordos
2023	143	48,96%	6,96%
2024	355	56,07%	3,37%
2025	317	72,56%	5,05%
2026	126	74,58%	3,97%



2024 teve o maior número de resultados



2025 ultrapassou 70% de procedência



2026 mantém patamar elevado, embora o período seja parcial



Não houve casos prescritos

6 O que são os Ofamor

Os Ofícios da Amazônia Oriental, Ofamor, são órgãos socioambientais do MPF com atuação regional em matéria ambiental na Amazônia Legal nos estados do Pará, Amapá e Mato Grosso.

Foram criados pela Portaria PGR/MPF nº 299, de 9 de maio de 2022.



7 Principais atribuições



Atuação em procedimentos ligados a infrações ambientais



Ações civis públicas sobre desmatamento e destruição de florestas



Atuação vinculada ao Projeto Amazônia Protege



Mandados de segurança e incidentes em procedimentos administrativos ambientais



i Em Mato Grosso, a atribuição se restringe aos municípios do Bioma Amazônico.

Fonte: levantamento dos Ofícios da Amazônia Oriental, período de 1º/8/2023 a 27/8/2026.
Dados institucionais do Ministério Público Federal.

Fonte: Asom MPF e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
31/08/2026/08:07:18

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

**Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -**

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou
adeciopiran.blog@gmail.com

e-mail: